

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH COREAU

Ao vigésimo terceiro dia do mês de junho de dois mil e vinte, realizou-se a quinquagésima primeira Reunião Ordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreau, de forma virtual, através do aplicativo Cisco Webex, no seguinte link: <https://meetingsamer21.webex.com/meetingsamer21-pt/j.php?MTID=m0116064e6c590e89fc9eddec5779821c>. Estiveram presente durante a reunião virtual as seguintes instituições-membros e seus respectivos representantes: A reunião contou com a presença dos técnicos da COGERH: Mateus Perdigão – GERIH, Kamyllle Prado, Coordenadora de Gestão, Adriana Gondim Dayane Andrade – Apoio, Bartolomeu Almeida – Gerente Regional da COGERH, Hiago Gomes – Coordenador do Núcleo Técnico. Estiveram presentes: representando a SRH; Marcos Antônio Monteiro Freitas titular da EMATERCE; Ulisses Costa Oliveira titular da SEMACE; Joaquim Ferreira dos Reis e José Amaro dos Santos, titular e suplente do DNOCS; Ricardo Veras – representando por ofício a SRH, Osvan Menezes de Queiroz e Walber Cordeiro – titular e suplente da FUNCEME; Mardineuson Alves de Sena - titular do ICMBIO; Cristiane dos Santos Silva Coutinho e José Humberto Alencar Sucupira – titular e suplente da Prefeitura Municipal de Ibiapina; Kléber Trévia Veras – titular da Câmara Municipal de Camocim; Roberto Chaves Ferreira e Guilherme Carneiro Rocha – titular e suplente da Prefeitura Municipal de Granja; Felipe Pereira – titular da Prefeitura Municipal de Jijoca; Antônio Eraldo Batista e Milton Frola Cunha – titular e suplente da Prefeitura Municipal de Uruoca, Raul de Araújo Lima Neto, titular da Câmara Municipal de Senador Sá; João Paulo Lima de Almeida- titular da COOAF; Vilma Maria Portela Ferreira, titular do STR de Ibiapina; Pedro Ronaldo Lira de Oliveira e Francisco Luiz dos Santos – titular e suplente do STR de Camocim; José Neuciano Pinheiro Oliveira – titular do IFCE; Flávio Pereira de Souza – titular do STR de Cruz; benedito Francisco Moreira Lourenço e Francisca Araújo Machado – titular e suplente da Fundação CIS; Francisco Azevedo de Souza – titular da FAEC, Mário Farias Júnior e José Alexandre Albuquerque Carneiro – titular e suplente do CETRA; Keila Aragão Correia e Jarina Aragão da Silva – titular e suplente da Associação dos Pequenos Produtores da Lagoa dos Bitonhos; Terezinha de Souza Sampaio e Manoel Benedito Sampaio – titular e suplente da Associação Comunitárias dos Moradores de Arapá; Antônio Arnaldo Rodrigues da Silva e Ricardo Carvalho de Souza – titular e suplente da Associação Comunitária Capitão Simão Félix; Francisco Reginaldo Alves de Lima – Associação Maracajá; Raimundo Irismar Azevedo Filho – CAGECE; Ana Paula Lima do Vale – titular do SISAR BAC e Leonor Moreira Batista – titular da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Malhada Vermelha. Benedito Lourenço, Presidente do CBH, abre a reunião agradecendo a presença e solicitando um acordo de convivência para a organização da reunião, em que define: manter as câmeras e microfones desligados até que seja realizada alguma fala, o controle do microfone pra evitar ruídos. Informa que a reunião é regulamentada pela Portaria 566/SRH, de 13 de maio de 2020, que regulamenta as reuniões virtuais dos Comitês de Bacia e do CONERH. Destaca que tem-se 16 instituições presentes. Realiza a chamada, contando no momento as seguintes instituições: SRH- representada pela Inês Prata (ofício de indicação), EMATERCE – Marcos Antônio Monteiro; SEMACE – Raquel, DNOCS- justificou, FUNCEME – Walber e Osvan, ICMBio – Mardineuson, Prefeitura de Ibiapina – Cristiane; Prefeitura de Granja - Roberto Chaves; Prefeitura Municipal de Martinópolis – Sr. Eudes e o Secretário; Câmara municipal de Senador Sá – Raul Neto, Cooperativa Agroextrativista Familiar de Ibiapina – João Paulo, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará – José Neuciano e Nayana Santiago, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruz – Flávio Pereira, Fundação CIS - Benedito Lourenço e Francisca Machado; CETRA – Mário Farias; Assoc. Dos pequenos Produtores de Lagoa dos Bitonhos – Keila e Jarina; Associação Agroindustrial de Cajueirinho – Yara, Carlos Montiny – CAGECE, SISAR de Sobral – Ana Paula. Na oportunidade

estavam presente 19 instituições - membro, contando com um quórum de 63,3%. Ficou registrada do que a Associação Comunitária Alto dos Ximenes não tem acesso a internet e por isso sua ausência fica justificada, bem como a Associação Comunitária Capitão Simão Félix. Continuando, Benedito Lourenço leu um texto de reflexão de um psiquiatra, Içami Tiba, filho de descendente japonês, chamado "A Porta". Finalizada a reflexão do grupo Kamyllé Prado orientou para a inscrição ao serem propostas as intervenções. Em seguida, foi procedida a aprovação da ata da 50ª Reunião Ordinária, do dia 06 de maio de 2020, que foi enviada a todas as instituições por e-mail, com antecedência. A aprovação deu-se por unanimidade. Em seguida, Benedito Lourenço destacou a realização no dia anterior de uma reunião de diretoria para discutir a realização desta hoje. E diz que há uma dificuldade em realizar a alocação de água em período de pandemia, quando não se pode se reunir com as comunidades, com os envolvidos e interessados na gestão do açude, de forma presencial. E diz que cada Comitê está lançando uma proposta, estabelece uma base de como serão as atividades de avaliação e aprovação dos parâmetros e vazões. E que vai apresentar a proposta realizada pela Diretoria para ser avaliado e aprovado pela plenária do Coreaú. Destaca que os açudes que terão liberação de água para o rio, deve-se ter uma discussão sobre alocação de água. Salienta que esse trabalho realizado ao longo dos anos, reunindo as pessoas, a COGERH possui relatórios e listas de presença. E que há documentos de um período de cinco anos, que vai gerar uma média que conta para estabelecer um quórum mínimo dos eventos. Ou seja, se for fazer uma reunião de alocação virtual, da mesma forma que se pede um quórum para se ter efetividade do ponto de vista legal, essas reuniões de alocação também precisarão ter um quórum mínimo. Ou seja, o CBH aprovará os parâmetros máximo e mínimo e a COGERH avaliará se é possível realizar a reunião virtual, para definir a vazão de operação. Para isso, propõe o quórum mínimo 50% da média de participação das reuniões dos últimos cinco anos. Coloca também que açudes que não seja possível de fazer reuniões virtuais, o CBH definirá a vazão, ou seja, volta para o Comitê, para que esse determine a vazão e faça a divulgação nos meios que o CBH disponha. Kamyllé Prado, COGERH, diz que o documento com as médias de participação nas reuniões de alocação dos açudes está disponível para avaliação desse percentual de participação a ser colocado. E explica que Benedito está colocando uma proposta que pode ser modificada ou adaptada pelo plenário. O Presidente do CBH explica que para açudes que não tenham disputa de água, ou seja, não tenham demanda de liberação para a jusante e que não tenham condições operacionais de atender demandas a jusante, a definição da vazão de operação será realizada pelo CBH e divulgada no site do colegiado. Diz que os açudes nessa condição são: Diamante, Diamantino, Premuoca, Trapiá III e Várzea da Volta. Sobre o açude Várzea da Volta, Benedito Lourenço pede que seja aberto um parêntese, pois é um açude que tem um conflito há um bom tempo, com vândalos, com quebra de estrutura ("porta d'água") e que essa discussão está no Ministério Público Federal. E que a COGERH está impossibilitada de exercer uma atividade proativa, em função de que foram feitas duas recuperações e as pessoas quebraram. E que não se pode ficar gastando dinheiro público para a recuperação de uma infraestrutura, para ficar disponível a ser quebrada pelas pessoas. E que não há estrutura de fiscal, de segurança. Hiago Gomes, da COGERH-Sobral, diz que todos estão familiarizados com os conflitos desse açude. Há alguns anos atrás o volante do açude havia sido extraviado, impedindo a operação. Em 2019, em parceria do DNOCS e com informações de pescadores, conseguiu-se recuperar o volante que havia sido jogado dentro do açude. Mas por ele ter sofrido intemperismo da água, ele não mais conseguia rosquear, ou seja, se adequar a uso, fazer com que a haste que controla a porta d'água subisse. Foi feito todo o conserto, a operação e manutenção do açude e fazer a abertura, pois já havia necessidade por água. A COGERH fez o serviço de usinagem e fez a abertura da comporta. Depois de 2 horas da abertura a estrutura foi depredada com a utilização de marretas e hoje ela está inutilizada em virtude da condição que foi deixada. Diz que foi feito Boletim de ocorrência, encaminhado ao DNOCS, ao Ministério Público Federal e a Polícia Federal, em virtude de ser. Que estava agendada uma audiência, uma oitiva no mês de abril e que Bartolomeu Almeida, COGERH-Sobral, havia sido convidado a dar algumas

informações. E que, em virtude da pandemia foi adiada. Bartolomeu Almeida diz que o Hiago Gomes explicou bem a situação e que não há nada a ser complementado. Dona Inês SRH, diz que no CBH Curu decidiram que ia dar uma margem para o açude ser operado quando não fosse possível haver reunião da Comissão Gestora. E que já deixou-se tudo definido. Raul Neto, Câmara de Senador Sá, afirma que ontem tiveram reunião de diretoria com a COGERH-Sobral e se tirou uma definição nesse sentido. E que as Comissões Gestoras que puderem se reunir virtualmente, que seja feito, para que elas se reúnam e deliberem, de forma que o CBH não tomem decisões sozinho. Caso não seja possível realizar as reuniões virtuais, seria definido pelo CBH, com apoio da Gerência, levando em consideração parâmetros anteriores. Mas que decidiu-se fazer primeiramente a tentativa de efetivar as reuniões virtuais. Sobre o Várzea da Volta, diz que há exemplos de processos que tem no Ministério Público Federal, se arrastam por cerca de 4 anos, e que muitas vezes são arquivados porque não acham as partes. Que se DNOCS e COGERH forem tomar alguma atitude até que se achem os vândalos, as comunidades serão prejudicadas, ficarão sofrendo, e que a COGERH ficará impedida de operar por muito tempo. E que o processo pode correr e que não vê dificuldade nenhuma de voltar a operar, consertar a tomada d'água e atender as comunidades. E que não justifica Estado dizer, seja DNOCS ou COGERH, que não conserta porque vão quebrar novamente, pois vai demonstrar aos vândalos que eles estão "ganhando essa guerra". E que pode-se colocar câmeras, cerca elétrica, que se pode buscar um guarda, alguém para olhar, que inclusive foi falado pelo Sr. Bartolomeu. Propõe que seja solicitado o conserto e a retomada dessas operações do Várzea da Volta, e que se deve buscar a resolução do problema e não ficar esperando o Ministério Público. Benedito Lourenço agradece os pronunciamentos e diz que será colocada em votação posterior a solicitação do Raul Neto. Kamyille Prado fez uma breve explicação sobre a situação da COVID que impede a realização de reuniões presenciais nos açudes. E que todos os anos, açudes que tem disputa por água, demanda de liberação de água pro rio, se faz o processo de alocação com a definição de parâmetros mínimo e máximo de operação pelo Comitê de Bacias e posteriormente são levados esses cenários para as reuniões nas comunidades. E que por isso o CBH precisa deliberar sobre o formato com que essa alocação deve ocorrer esse ano. Dos 10 açudes da bacia, 5 deles teriam alocação de água Angicos, Gangorra, Itaúna, Martinópolis e Tucunduba). Enfatiza que a proposta apresentada pelo presidente é de que seja avaliada a possibilidade de realizar reuniões virtuais junto as comunidades. Alerta que a bacia possui apenas uma Comissão Gestora, que é a Comissão do Açude Tucunduba. Para os demais 5 açudes da Bacia do Coreaú, não há disputa por água ou não há demanda de liberação para o rio e ainda pode não condições só operar por questões estruturais. Para esses açudes, com essas condições, historicamente o CBH define a vazão de operação e que deve essa decisão ser amplamente divulgada para o conhecimento de toda a sociedade. E que a proposta é bastante interessante, haja vista que ela tende a orientar-se pela manutenção do processo democrático, diminuindo a intervenção do CBH. E que assim, a possibilidade de realização de reuniões virtuais deverá ser avaliada em cada reservatório, devendo ser considerado a média do público presente nas reuniões de alocação dos últimos cinco anos. Nesse trabalho a COGERH identificará as pessoas que participam desse momento ao longo dos anos e avaliará as condições de participação destas e reuniões virtuais. Por fim, Kamyille propõe que como quórum mínimo para se considerar a efetividade e validade da reunião, se utilize a média das reuniões dos cinco anos de cada açudes, haja vista que eles já traduzem uma realidade possível em casa um dos reservatórios. Adriana Gondim, da COGERH, diz que já tem uma média calcula de participação nas últimas reuniões. Ela questiona se pode ser utilizada aquela média. Benedito Lourenço afirma que sim. Benedito explica que o objetivo dessa proposta da diretoria acerca do processo de alocação teve-se o argumento de que nesses cinco açudes se dê oportunidade para que os beneficiários dessas microrregiões possam dialogar sobre o nível de atendimento do açude em suas áreas. Diz que em outros Comitês já foi apresentado, resultados do Curu, do Banabuiú, que tem outra visão sobre a realidade. Que a diretoria entende que na impossibilidade de ter a ocorrência da reunião. Cita o exemplo do Itaúna, que se verificando com as instituições que não dá condições da

reunião ocorrer, volte para o CBH. Mas que pro CBH não ficar definindo tudo, apesar de ser órgão legal e legítimo da bacia, mas questões cotidianas da realidade do açude, nem sempre se conhece, Tem municípios que fazem parte desses açudes e que não estão dentro do CBH, e cita cidades como Barroquinha e Chaval, onde localiza-se o Itaúna. E diz que é importante pra não se ter questionamentos das decisões do CBH ou que elas sejam utilizadas para fim indevidos em disputas que ocorrem no dia a dia dos municípios, em processos eleitorais. E pede que seja procedida votação para aprovação ou não da proposta. Antes, Kamyille Prado pede que seja avaliado o percentual que será considerado de quórum de participação, se pode ser considerada a média das reuniões dos últimos cinco anos. Bartolomeu Almeida diz que nesses cinco açudes, a depender do levantamento acerca da possibilidade de participação, quanto tempo irá demorar, em que momento vai se decidir para se retornar para o CBH definir. Vai se esperar o resultado final de todos os açudes para o CBH definir isso. Benedito Lourenço diz que avalia-se e aqueles açudes que não forem possíveis fazer a alocação local de forma virtual, chama-se reunião extraordinária do CBH-Coreaú, para que a plenária possa delibera. O Sr. Marcos Monteiro diz que essa proposta é o que se coloca como viável, mas destaca que vai ser difícil colocar as pessoas uma reunião virtual. Mas que acredita que deve ser dessa forma, não sendo possível realizar reunião virtual, se fazer uma extraordinária do CBH. Roberto Chaves, da prefeitura de Granja, diz que é preciso fazer convite para as instituições que estão faltando, que devem ser acionados juridicamente. E que se coloca a disposição para apoiar a mobilização do açude Itaúna, que inclui parte do município de Granja. Benedito Lourenço agradece as contribuições e diz que será importante o apoio do Sr. Roberto na mobilização. Keila Aragão diz que concorda com a posição do Sr. Marcos Monteiro da EMATERCE. Benedito Lourenço pede que se coloque em votação a proposta. Kamyille intervém e pede que seja já aprovada o texto da proposta de resolução. Foi feita a leitura do texto da proposta de Resolução para regulamentar a realização do processo de alocação dos açudes isolados em tempo de pandemia. No decorrer das discussões Adriana Gondim pediu questiona qual o quórum será considerado para a validade das reuniões virtuais. Após a leitura da proposta, Kamyille Prado apresentou as médias de participação nas reuniões de alocação dos açudes isolados, no período de 2014 a 2019, identificando os seguintes números: Açude Itaúna: 38,6 ; Açude Angicos: 25,6 ; Açude Tucunduba: 24,2 ; Várzea da Volta: 22,4 ; Açude Gangorra: 18,8; Açude Trapiá III: 15,5; Açude Diamante: 16; Açude Martinópole: 15; Açude Premuoca: 9,4; Açude Diamantino: 7,4. Kamyille Prado explica que para os açudes que não teriam alocação, não será necessário avaliar esse dado. No caso dos açudes que terão alocação, deve ser avaliado a média histórica pra tomar uma decisão. E ressalta que no caso do açude Tucunduba será considerado o a definição pelos membros desse colegiado. Kamyille Prado explica que alguns açudes tiveram uma mudança bastante representativa na participação dos últimos anos, citando o caso do açude Gangorra que teve redução na participação. O Sr. Marcos Monteiro da EMATERCE analisa os dados históricos do Itaúna e avalia que a média está muito alta em virtude de um ano de participação atípica, em 2015 e sugere que se coloque um percentual que fosse viável, em cima dessa média. O Sr. Osvan, da FUNCEME, sugere que esse ano que tem uma participação atípica, que seja excluída na definição da média. Sr. Marcos avalia que possivelmente essa maior participação tenha se dado em virtude do problema do sangradouro do açude. Sr. Roberto Chaves, da Prefeitura de Granja, opina que se desconsidere esse ano de 2015, do pico do Itaúna. Bartolomeu Almeida, Gerente da COGERH, diz que se preocupa com o momento de operar o açude. Diz que para a convocação de uma reunião virtual teria que haver essa média de presença para a reunião ser realizada e diz que mesmo que se baixe essa média no Itaúna, para 25 ou 30 pessoas, acredita que pela região, inclusive de montante que tem a principal demanda, acredita que será difícil encontrar representantes e instituições na condição de se realizar a reunião virtual. Coloca que sua média está alta. Sobre o Angicos e o Gangorra diz que é preciso já se estabelecer uma vazão e já estabelecer a vazão do açude. Diz que são as primeira reuniões a serem feitas são as desses açudes e que logo após a reunião já se precisa abrir o açude, pois as demandas do açude Angicos são praticamente para abastecimento humano, não tem outro

uso. Diz que fica um pouco amarrado, de realizar a reunião num dia e no outro dia já abrir o açude. E como é abastecimento humano precisa ter uma certa agilidade. E pede que se aprove algo que se tenha condições de realizar e de se operacionalizar pra atender a demanda principal dele. Francisca Machado, da Fundação CIS, propõe que se use um mecanismo da estatística, que estabelece que nesses casos pra se estabelecer uma média razoável se elimine o menor e o maior número, pra que se chegue numa média razoável. Propõe portanto que se elimine a menor e a maior participação de cada açude. E diz que fica muito preocupada com decisões de cima pra baixo, pois o CBH definindo pelas comunidades locais, pelos usuários, defende essa proposta de maneira a se estabelecer uma média razoável. Benedito diz que entende a preocupação da COGERH porque ela entende e conhece a realidade pra efetivar alguns procedimentos, e que este é procedimento atípico na região, que tem dificuldade de ser efetivado, mas como foi dito pelos pares, essa é uma proposta que, apesar de ser mais difícil, ela é necessária para atender o nosso povo e nossa realidade. E pede que se proceda a votação, considerando as propostas da Francisca, Marco Monteiro e Roberto Chaves. Sr Roberto Chaves propõe que se opere com as médias de vazão dos cenários, sendo liberado as médias que cada açude consome e quando houver uma necessidade maior, se tem tempo pra se reafirmar as cotas, se pode entrar em contato com os demandados, para que eles trouxessem essa demanda a partir da necessidade. Explica que cada açude tem uma média de consumo anual que o Comitê delibere aquela média de consumo, e caso algum açude precise e demande mais, entra e contato com a COGERH e se faz essa reunião através de “lives” e procede a vazão exata. Marcos Monteiro pergunta se a sugestão é não realizar as reuniões nos açudes por enquanto. Roberto Chaves afirmou que sim é essa proposta. Benedito Lourenço pergunta se seriam aprovadas as médias do ano passo e caso não haja questionamento fica definida essa vazão. Sr. Marcos diz que concorda com a Francisca Machado que não se faça nada de cima pra baixo e que se busque fazer as reuniões virtuais, que se ouça como a alocação se dá lá na ponta. Sabe que tem demanda de liberar logo essa água, como é o caso do Angicos, mas defende que se tente fazer as reuniões. E avalia que as médias de participação estão muito altas, devido serem considerados os últimos 5 anos, e diz que mesmo excluindo os números dos anos de menor e maior participação, a média ainda fica muito alta. Então sugere que se considere apenas os dois ou três últimos anos de alocação, que diminuirá a média, pois avalia que as reuniões dos últimos anos tiveram uma queda na participação. E que acha difícil, por exemplo, no Itaúna, se conseguir fazer uma reunião virtual com cerca de 28 pessoas. Pede que se chegue num denominador comum, que permitisse que fosse democrático, mas se definia um quantitativo mínimo. Se não fosse possível realizar a reunião, que o Comitê defina. Marcos Monteiro propõe que se defina hoje uma data para a reunião do Comitê, caso não seja possível realizar a reunião virtual, que já se tenha uma previsão de data. O Sr. Roberto Chaves diz que não se posicionou contrário as reuniões, mas que mediante a fala do Bartolomeu da urgência em se liberar, defende que enquanto se articula as reuniões que se possa já ter um resultado básico de liberação de água, já se tenha uma decisão para atender as demandas básicas de água. Kamyllle Prado explica que alguns Comitês definiram por decidir as vazões de alocações para todos os açudes e que outros definiram que se faça as reuniões virtuais. Hiago Gomes ressalta a frieza dos números, e que deve-se avaliar que houve realmente uma diminuição de participação em virtude da situação de recarga dos açudes, pois a situação se seca leva a uma maior participação. E diz que se considerar os últimos cinco anos é algo temerário, e destaca ser difícil atender uma média de participação de 38 pessoas, por exemplo. Keila Aragão, da Associação da Lagoa dos Bitonhos, preocupa-se com o tempo necessário para realizar essa definição, até quando vai ser feita essa reunião, essa articulação, para se conseguir essa média de participação. Pergunta se definindo essa quantidade dessa média de participação, se terá êxito nessas reuniões, considerando inclusive os problemas de acesso a internet, de não poder se deslocar em virtude da pandemia. E diz que é algo pra se pensar. E fala na preocupação com o agora, e pergunta se era preciso já sair com um agendamento de datas. Benedito Lourenço diz que esse agendamento entende que a Secretaria Executiva encaminha e diz que o que deve ser feito e discutir e aprovar uma proposta e que se assim

ocorrer, se define uma data para reunir o plenário, para se deliberar sobre os pontos que não foram atingidos pela objetividade de viabilidade das reuniões virtuais. E diz que precisa votar os encaminhamentos. Pede que o Sr Roberto apresente sua proposta de forma clara e que proponha seu encaminhamento e que depois se vota, e posteriormente se faça a votação da resolução. O Sr. Roberto Chaves diz que se tem parâmetros técnicos de consumo de água dentro de cada açude. E que, tecnicamente se toma pelo mínimo ou média desse consumo, podendo ser usados os três últimos anos e fazer a liberação e cima desse volume de água. Havendo uma necessidade, continua-se fazendo a negociação da reunião virtual, mas do contrário ela já está aprovada a liberação mínima para cada açude, de acordo com o seu consumo, baseado num histórico técnico. E que urgência em se liberar, defende que enquanto se articula as reuniões que se possa já ter um resultado básico de liberação de água, já se tenha uma decisão para atender as demandas básicas de água. Kamyille Prado explica que alguns Comitês definiram por decidir as vazões de alocações para todos os açudes e que outros definiram que se faça as reuniões virtuais. Hiago Gomes ressalta a frieza dos números, e que deve-se avaliar que houve realmente uma diminuição de participação em virtude da situação de recarga dos açudes, pois a situação se seca leva a uma maior participação. E diz que se considerar os últimos cinco anos é algo temerário, e destaca ser difícil atender uma média de participação de 38 pessoas, por exemplo. Keila Aragão, da Associação da Lagoa dos Bitonhos, preocupa-se com o tempo necessário para realizar essa definição, até quando vai ser feita essa reunião, essa articulação, para se conseguir essa média de participação. Pergunta se definindo essa quantidade dessa média de participação, se terá êxito nessas reuniões, considerando inclusive os problemas de acesso a internet, de não poder se deslocar em virtude da pandemia. E diz que é algo pra se pensar. E fala na preocupação com o agora, e pergunta se era preciso já sair com um agendamento de datas. Benedito Lourenço diz que esse agendamento entende que a Secretaria Executiva encaminha e diz que o que deve ser feito e discutir e aprovar uma proposta e que se assim ocorrer, se define uma data para reunir o plenário, para se deliberar sobre os pontos que não foram atingidos pela objetividade de viabilidade das reuniões virtuais. E diz que precisa votar os encaminhamentos. Pede que o Sr Roberto apresente sua proposta de forma clara e que proponha seu encaminhamento e que depois se vota, e posteriormente se faça a votação da resolução. O Sr. Roberto Chaves diz que se tem parâmetros técnicos de consumo de água dentro de cada açude. E que, tecnicamente se toma pelo mínimo ou média desse consumo, podendo ser usados os três últimos anos e fazer a liberação e cima desse volume de água. Havendo uma necessidade, continua-se fazendo a negociação da reunião virtual, mas do contrário ela já está aprovada a liberação mínima para cada açude, de acordo com o seu consumo, baseado num histórico técnico. E que dentro do histórico técnico não há o que se discutir, que se vai ser a mais ou a menos, quem vai definir são as futuras reuniões virtuais. Keila Aragão pergunta se a proposta é definir uma vazão baseada na operação dos últimos três anos e já deixar automático essa liberação. Kamyille Prado informa que Hiago apresentará todos esses dados, a demanda atual, e o histórico. E pergunta se a proposta não seria que CBH que vi avaliar esses dados, esse CBH definiria vazão que esses açudes vão operar no ano de 2020.2. Sr. Roberto Chaves diz que é isso, mas sem desconsiderar as reuniões virtuais com as comunidades, colocadas anteriormente. E que apenas interpretou do Bartolomeu a necessidade urgente de uma decisão que não atrapalhe o abastecimento de água, considerando os problemas de comunicação e para amparar e evitar problemas da nova realidade, então libera-se tecnicamente uma demanda que já está dentro dos registro. E que se continua a organização das reuniões virtuais, para se ver especificamente quais são as necessidades. Sra. Inês diz que entendeu, mas que é contrária a proposta, pois o histórico tem uma vazão baixa. E que é melhor se propor uma vazão média já que os açudes devem ter uma boa reservação, bem melhores que nos anos anteriores, E que não é justo se liberar o mínimo quando se tem muita água, porque normalmente se tem mais demandas. Sr. Roberto Chaves diz que os últimos anos foram bons de recarga e que não se teve grandes demandas. Bartolomeu Almeida diz que se esperar a apresentação do Hiago, com as demandas e ofertas hídricas ficará mais claro para os membros entenderem a proposta do Roberto

Chaves. Keila Aragão propõe que se delibere depois. Kamyille destaca que como vai haver uma decisão sobre os cenários, que essa votação deve ser antes. E diz que há duas propostas: a primeira seria a trazida pela Diretoria, em que devem ser realizadas reuniões virtuais junto as comunidades dos açudes, precisando ser definido percentual de participação a ser considerado para validar a realização da reunião; e uma segunda proposta do Sr. Roberto Chaves em que se definirá dentro do histórico técnico não há o que se discutir, que se vai ser a mais ou a menos, quem vai definir são as futuras reuniões virtuais. Keila Aragão pergunta se a proposta é definir uma vazão baseada na operação dos últimos três anos e já deixar automático essa liberação. Kamyille Prado informa que Hiago apresentará todos esses dados, a demanda atual, e o histórico. E pergunta se a proposta não seria que CBH que vi avaliar esses dados, esse CBH definiria vazão que esses açudes vão operar no ano de 2020.2. Sr. Roberto Chaves diz que é isso, mas sem desconsiderar as reuniões virtuais com as comunidades, colocadas anteriormente. E que apenas interpretou do Bartolomeu a necessidade urgente de uma decisão que não atrapalhe o abastecimento de água, considerando os problemas de comunicação e para amparar e evitar problemas da nova realidade, então libera-se tecnicamente uma demanda que já está dentro dos registro. E que se continua a organização das reuniões virtuais, para se ver especificamente quais são as necessidades. Sra. Inês diz que entendeu, mas que é contrária a proposta, pois o histórico tem uma vazão baixa. E que é melhor se propor uma vazão média já que os açudes devem ter uma boa reservação, bem melhores que nos anos anteriores, E que não é justo se liberar o mínimo quando se tem muita água, porque normalmente se tem mais demandas. Sr. Roberto Chaves diz que os últimos anos foram bons de recarga e que não se teve grandes demandas. Bartolomeu Almeida diz que se esperar a apresentação do Hiago, com as demandas e ofertas hídricas ficará mais claro para os membros entenderem a proposta do Roberto Chaves. Keila Aragão propõe que se delibere depois. Kamyille destaca que como vai haver uma decisão sobre os cenários, que essa votação deve ser antes. E diz que há duas propostas: a primeira seria a trazida pela Diretoria, em que devem ser realizadas reuniões virtuais junto as comunidades dos açudes, precisando ser definido percentual de participação a ser considerado para validar a realização da reunião; e uma segunda proposta do Sr. Roberto Chaves em que se definirá previamente uma vazão a ser operada provisoriamente no açude até que sejam feitas as reuniões virtuais. Depois de colocar o cenário, Kamyille questiona se os membros acreditam que as pessoas irão participar de reuniões virtuais após já ter sido feita a operação dos açudes. Sr. Roberto Chaves responde que se eles não precisarem de água, eles não irão participar. E que eles precisam ser convidados insistentemente a participar, e que não se pode ficar supondo. Mateus Perdigão cumprimenta a todos, se apresenta, e sugere fazendo um paralelo com o que é feito em tempos normais. Diz que geralmente essa reunião seria de definição de parâmetros, pelo CBH. E pelo que entendeu da primeira proposta, definido esses parâmetros, se buscaria realizar reuniões onde fosse possível, e que onde não fosse possível, essa discussão deveria se retornar ao Comitê. E diz acreditar que a Gerência Regional já tenha um calendário pra uma reunião onde esses açudes seriam possíveis. E pede que a Gerência se posicione e diz que não acha que seria algo que impactaria tanto nos açudes onde haveria reuniões de alocação e nos açudes que tem Comissão Gestora. E que pode se definir parâmetros para que no caso de lugares onde não foi possível fazer a reunião ou que esta não foi a contento, que se retorne ao CBH de forma mais tranquila, haja vista que não são muitos açudes a serem alocados, apenas cinco. E diz que acredita que não haveria um prejuízo tao grande de retornar ao CBH, considerando o tempo regimental para convocar uma reunião extraordinária, sendo um processo natural. Que a discussão poderia se dar em torno de se o CBH vai definir a vazão dos açudes ou os parâmetros. E que colocar as condicionantes técnicas só seria interessante após ouvir demanda e situação de cada açude. E que pede que se defina antes das apresentações algo mais metodológico: se vai definir a vazão dos açudes independente de consultar ou não as comunidades, ou se vai definir os parâmetros máximo mínimo das reuniões e a COGERH vai buscar realizar as reuniões locais. Sr. Marcos Monteiro diz que se for definir parâmetro, tem que definir uma data para nova reunião extraordinária e se for definir vazão tem que se pensar de ir ou

não fazer com que se chegue até as comunidades. E diz que Mateus foi claro e que deve ficar a cargo da votação: se define parâmetro ou se define vazão. Benedito Lourenço chama a votação e diz que não vai mais discutir a proposta. Diz que são duas propostas: (1 Proposta do Sr. Roberto Chaves em que se define vazões Kamyllle diz que a proposta conforme colocado pelo Mateus seria: 1) Realizar a definição de vazão para os açudes. E na proposta 2) seria definir parâmetros. Hiago diz que a proposta 1 seria a definição dos parâmetros pelo CBH e a definição de vazão e reuniões virtuais. E a proposta 2, do Sr. Roberto seria complementar, em que se definiria parâmetros, e além desses um a vazão para atender esse período onde se tentaria se fazer as reuniões virtuais. Sr. Roberto Chaves confirma que a proposta é a citada pelo Hiago, pois a título de emergência já se tem dados técnicos. E que Bartolomeu chamou atenção para isso e que precisa atender logo. E que enquanto não se faz a proposta definitiva se luta para que haja a reunião pela internet, se toma logo a decisão de manter a quantidade mínima de cada açude ou localidade, e que não está excluindo as reuniões virtuais. A proposta 1 então fica a do Sr. Roberto Chaves, em que se define além dos parâmetros, uma vazão provisória. Kamyllle Prado diz que entendeu sim a proposta do Sr. Roberto, mas que é confuso mobilizar uma comunidade já tendo uma vazão e um parâmetro, ou dizer pra ela que irá decidir uma vazão se esta já foi previamente definida. E questiona a qualidade da participação e da decisão das comunidades locais. E que acha mais coerente a proposta que o Mateus colocou. Se o CBH acha que vai ser complicado que se mobilize e se realize as reuniões virtuais, que o CBH defina a vazão. E se o CBH acha que é possível organizar durante um período essas reuniões virtuais, que se estabeleçam parâmetros. Acha confusa uma proposta onde o CBH define as duas coisas, parâmetro e vazão. Destaca que a situação é nova, que é preciso discutir, que a COGERH não deve trazer nada pronto. E deixa essa reflexão, que a região já teve muita chuva, estando com grande disponibilidade de água, o que desestimula a participação. Além disso, há o fator complicado do acesso a internet que se tiver o açude já liberando água será mais difícil mobilizar as pessoas para participar de uma reunião virtual. E que o CBH deve ponderar e decidir. Bartolomeu Almeida diz que quando se coloca que tem muita água, será que a quantidade que vai ser liberada, autoriza pela comunidade ou pelo CBH, vai fazer diferença, já que eu sei que tem muita água. Diz que essa participação vai ficar no mesmo nível. Diz que hoje qualquer das propostas que é uma prerrogativa do CBH definir parâmetros, que a reunião hoje é para isso. Agora se ele vai discutir uma vazão provisória ou não pode se decidir. Mas que os parâmetros precisam ser definidos. E que volta a ser preocupar em terem essa disponibilização da água, já que a liberação de água é feita após a reunião de operação feita e definida a vazão de cada ano, Se o CBH hoje aprovar uma vazão temporária ou emergencial, seria uma vazão aprovada provisoriamente para que no dia que houver a necessidade se modifique. Que o Açude Gangorra e Angicos tem uma demanda que tem que ser atendida sistematicamente e que não pode correr o risco de deixar cidades e comunidades sem serem atendidas, porque não foi aprovada nenhuma vazão e se eu deixo aprovada uma vazão temporária provisória, enquanto essas reuniões acontecem. Vai abrir o açude sem ter sido aprovada uma vazão. E diz que normalmente se opera o açude após aprovada uma vazão. Hiago destaca as duas propostas descritas são: 1a definição de parâmetros pelo CBH e a vazão definitiva pelas comunidades locais; 2a definição de parâmetros mais uma vazão provisória pelo CBH, e a vazão definitiva pela comunidade local. Keila pergunta se a segunda proposta como colocada pelo Bartolomeu, se depois, posteriormente havendo necessidade que vai ser aprovada pela população local. Hiago diz que nas duas propostas o CBH define parâmetros, mas na segunda além dos parâmetros o CBH define essa vazão emergencial, e depois seriam realizadas as reuniões virtuais onde ela seria alterada ou confirmada. Todos os representantes das instituições presentes votaram na proposta 2, ou seja, por uma definição de parâmetros e de uma vazão provisória. Votaram 18 instituições: EMATERCE, SEMACE, SRH, FUNCEME, ICMBIO, PM Ibiapina, PM de Granja, PM de Martinópolis, CM de Senador Sá, COOAF, IFCE, STR de Cruz, Fundação CIS, CETRA e Assoc. da Lagoa dos Bitonhos. Associação Cajueirinho, SISAR e CAGECE. Em seguida, Kamyllle orientou que se aprove qual será o percentual de participação para se considerar válida a

reunião. Lembra que Francisca Machado propôs que se tirasse das médias de participação de 2014 e 2019 o menor e o maior índice, mas o Sr. Marcos ponderou que mesmo assim a média continuaria alta, considerando ser uma reunião virtual. Sra. Inês propôs que se utilize a média dos últimos três anos. Marcos Monteiro diz que acha viável essa orientação. Aproveitando a argumentação do Sr. Marcos Monteiro, Benedito Lourenço se é unanimidade esse entendimento. Keila propôs que os divergentes se posicionem. Não houve nenhuma posição e contrário, sendo aprovado por unanimidade a definição de utilizar a média de apenas os três últimos anos. Hiago Gomes inicia a apresentação técnica da situação dos açudes para definição dos parâmetros. Mostra que a Bacia do Coreaú, no último dia 15 de junho, estava com 98,5% de sua capacidade total, enquanto o Ceará com cerca de 35% de sua capacidade. Diz que apesar do aporte expressivo deve-se usar a água com parcimônia. E demonstra que os maiores aportes em 2020, foram no mês de março. Sobre o açude, inicia a apresentação pelo açude Angicos, primeiro dentre os que terão alocação. Apresenta a situação histórica do açude com as vazões aprovadas. No ano passado, vazão aprovada de 380 l/seg e tendo sangrado nos últimos quatro anos. Apresenta uma demanda de montante de 33 l/seg para abastecimento, e para a jusante uma demanda de 20 l/seg para irrigação e 31 l/seg para abastecimento. E somando ainda uma vazão de 280 seg, de perdas em trânsito, em virtude do trecho percorrido. Hiago apresentou os três cenários para o açude, de 370 l/seg, 385 l/seg e 400 l/seg, onde o reservatório inicia com 100% de sua capacidade (dia 15 de maio de 2020) e chegaria em 31 de janeiro de 2021, respectivamente, com 62,2%, 61,7% e 61,2%. Francisca Machado pergunta se a vazão do ano passado foi satisfatória. Hiago diz que todos os açudes da Bacia do Coreaú a operação foi positiva, ou seja conseguiu-se atender todas as demandas, utilizando o menos água. Foi realizado o processo de votação dos cenários. Votaram no cenário 370 385 l/seg como parâmetros: EMATERCE, SEMACE, PM Ibiapina, PM Granja, PM Martinópolis, COOAF, IFCE, STR Cruz, Fundação CIS, ASS. Cajueirinho. Votaram no cenário 370 a 400 l/seg: SRH, ICMBIO, CETRA, Câmara Municipal Senador Sá, Assoc. Bitonhos, CAGECE e SISAR. Votaram no cenário 385 a 400 l/seg: FUNCEME. Sendo assim, foi definido para o Açude Angicos o cenário: 370 a 385 l/seg. Kamyille nesse momento ressalta que todos os cenários que a COGERH apresenta são seguros, no que se refere a salvaguarda do abastecimento humano e que também atende a todos os usos. E é que importante deixar cenários com condições que de fato façam com que as comunidades dos reservatórios entendam que estão participando e decidindo, pois deixando cenários muito estreitos será uma margem de decisão e interferência muito pequena. E que já que se vai fazer reuniões virtuais nos açudes que se pense nisso. Carlos Montiny, CAGECE, defende a ideia e diz que o Angicos é o principal açude da bacia, que tem sangrado nos últimos três anos, e que quando limita muito, limita-se o desenvolvimento da região, já que é um açude muito importante. Que tem que cuidado, pensar na economia, que se pensa nisso por conta da seca, mas que é importante trabalhar com a água. E deixar uma distância maior entre a mínima e máxima permite que se deixe mais democrática a discussão na comunidade. Que achou muito apertado o cenário resultado da votação. Francisca Machado diz que no ano anterior decidiu-se por essa vazão menor e que foi satisfatório, e que esse ano que choveu mais ainda, acredito que não vai precisar disso. E diz querer tranquilizar quem está achando o cenário apertado, mas que ano passado deu certo. Marcos Monteiro diz que 380 l/seg foi a vazão do ano passado e que ainda se teve uma sobra no final do ano substancial, sendo assim a vazão 370 a 385 l/seg considera que está uma vazão excelente. E diz que não se sabe como vai ser o inverno do próximo ano. E que não se deve se apegar aos invernos bons, mas aos ruins, para se puder atender água no açude em anos ruins pra poder atender. Em seguida, foi procedida a votação da vazão provisória do açude, estabelecida pelo CBH. Sobre a vazão provisória, Sr. Roberto Chaves propõe que se inicie com uma vazão de 370 l/seg e que seria feito os ajustes de acordo com a necessidade local. Diz que pensando no quesito economia, propõe que se utilize as vazões mínimas e que havendo maior necessidade, se gradue até o parâmetro máximo, de acordo com o definido. Hiago Gomes lembra a todos que a vazão provisória só vale até a definição da vazão pelas reuniões virtuais dos açudes. Bartolomeu Almeida diz que a proposta do Sr. Roberto

é interessante, porque ela facilita quando for fazer as reuniões nos açudes, pois possibilita o estímulo maior, pra se ter um cenário maior pra trabalhar dentro do parâmetro. E que a operação nos açudes da bacia foram todas positivas e que nos últimos três anos a vazão foi a mesma, de 380 l/seg, e deu tranquilo. E que se iniciar, levar pra comunidade essa vazão mínima, tem espaço pra ela pode propor até a vazão aprovada como parâmetro. Vai depender do acompanhamento da operação e da própria reunião virtual que vai ocorrer. A partir que essa reunião virtual ocorrer, acredita que o açude já deverá estar aberto. E que eles mesmo lá já poderão fazer uma avaliação, se água que está liberada já está atendendo, que aquele volume de água que foi aprovada está atendendo. E que acredita que é até um estímulo a mais para a participação. Keila Aragão diz que concorda com a operação. Sendo assim, a vazão provisória para o Açude Angicos de 370 l/seg foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foram apresentadas as informações do açude Gangorra. Apresentou o histórico de volumes e vazões aprovadas, demonstrando que nos últimos dois anos o açude sangrou e que a vazão aprovada tem sido de 140 l/seg. Foram apresentadas as demandas de 15 l/seg para abastecimento humano para montante. E de jusante para abastecimento 40 l/seg e perdas em trânsito 85 l/seg. Para esse açude foram apresentados apenas dois cenários, de 140 e 160 l/seg, onde o açude sairia de 99,3% (dia 15 de maior) e chegaria no dia 31 de janeiro, respectivamente com 63,8% e 63,1%. Foi aprovado por unanimidade, para o Gangorra, o cenário apresentado pela COGERH: 140 a 160 l/seg. Sr. Roberto Chaves defende que a vazão provisória seja 140 l/seg. Foi aprovada a vazão provisória de 140 l/seg por unanimidade para o Gangorra. Dando seguimento, Hiago trouxe informações do açude Itaúna, destacando que mesmo em anos de seca tem aporte significativo, sendo sangrado nos últimos 4 anos. E que há uma crescente na alocação do açude. Que ano passado inicialmente foi aprovada uma vazão de 130 l/seg, mas que depois foi aumentada a vazão para 150 l/seg, pela população, respeitando os parâmetros, devido a preocupação com as suas lâminas de sangria. Quanto as demandas para a montante há 45 l/seg de abastecimento humano e 5 l/seg de irrigação para a agrovila. E para jusante a demanda de 100 l/seg para atendimento de lazer e também pra redução da altura das lâminas se sangria. Foram apresentados apenas dois cenários, de 150 e 200 l/seg, onde o açude sair de 100% de sua capacidade, para uma situação no dia 31 de janeiro de 65,2% e 64,1%, respectivamente. Sr. Roberto Chaves pergunta se Timonha e Adrianópolis estão contemplados na demanda. É respondido que sim. Então, ele diz que a população até solicita que seja liberada mais água, mas no intuito de baixar a lâmina do açude, que acha que não é uma preocupação tão grande assim de consumo. Dessa forma, Roberto Chaves propõe que se mantenha o parâmetro apresentado e que como vazão provisória fique 150 l/seg. Sr. Marcos Monteiro diz que a recarga do açude é muito boa e que a população tem medo do rompimento da barragem. Que não vai acontecer, mas que sabe que por isso coloca-se uma vazão de 30 l/seg a mais. E que esse é um pedido da comunidade de Passagem que está próxima a barragem. E que já está contemplado irrigação, a adutora de Chaval, Barroquinha e a adutora de Adrianópolis. Sr. Roberto Chaves diz que a preocupação da comunidade tem sentido e que quem deveria se preocupar não é só a Passagem, porque se o açude arrombar, leva Chaval. E que fique para os governos futuros, que quando for fazer o planejamento de um sangradouro ligado a barragem, se fazer melhores estudos de solo, pois ali o solo é betuminoso. E que na época o açude só não arrombou porque só foram dois meses de inverno. Que na época era Secretário de Barroquinha. Que se melhore o planejamento e as fiscalizações. Sendo assim, foi aprovado por unanimidade o cenário de 150 l/seg a 200 l/seg para o Itaúna. E como vazão provisória foi aprovada a vazão de 150 l/seg. Sobre o açude Martinópole, Hiago destacou que sofreu muito no período de seca, e que nos últimos anos tem tido boas recargas, chegando próximo a sua capacidade maior. Como demandas tem-se de montante para abastecimento humano de 14 l/seg. E que para jusante a dessedentação de animais, sendo realizadas cerca de 3 operações no segundo semestre, totalizando uma demanda de 10 l/seg. Para esse açude foram apresentados dois cenários, de 25 l/seg e de 30 l/seg, em que o açude sairia de 98,72% e chegaria em 31 de janeiro de 2020, respectivamente com 57,8% e 57,4%. Hiago destaca que a liberação de água é muito pequena, seja pra bacia hidráulica,

seja pra liberação, e justifica com isso os cenários menores. Pergunta se há outros cenários de mínimo e máximo. Sr. Marcos Monteiro ressalta que esse reservatório é muito ruim de recarga e defende o parâmetro apresentado. Foi aprovado por unanimidade de 25l/seg a 30 l/seg para o açude Martinópolis. Benedito fala que a dificuldade de recarga do açude é grande e que justifica que se trabalhe com uma vazão mínima, haja vista que até o mês de junho houveram algumas chuvas na região. E propõe a vazão provisória mínima, de 25 l/seg. A vazão provisória foi aprovada para o açude Martinópolis de 25 l/seg. Sobre o açude Tucunduba, este sangrou desde 2017, sofreu menos no período de escassez. E que vazão nos últimos anos vem crescendo com demanda de perenização para atender comunidades no percurso do rio. Que ano passado a vazão aprovada foi de 100 l/seg e em, 2018 de 70 l/seg. Fala das demandas são pequenas, que são 5 l/seg para abastecimento humano de montante e que a demanda de jusante seria também de 5 l/seg somadas a perdas em trânsito de 70 l/seg, somando uma demanda total de 80 l/seg. São apresentados dois cenários para o Tucunduba, de 80 l/seg e de 100 l/seg, em que o açude sairia de 100% de sua capacidade e chegaria, em 31 de janeiro de 2021, respectivamente com 60,9% e 60%. Hiago ressaltou as perdas por evaporação no açude. Foi aprovado o cenário apresentado de 80 a 100 l/seg para o açude Tucunduba, por unanimidade. Benedito Lourenço diz que esse açude tem uma vazão ótima, que sangra todos os anos, e que ele tem um espelho d'água muito aberto, uma bacia rasa e que espalha muita água, tendo um trecho significativo e por isso perde bastante com evaporação. E sugere que se estabeleça a vazão provisória a vazão mínima. Raul Neto informa que 80 l/seg atende a demanda das comunidades. Foi aprovada por unanimidade a vazão provisória de 80 l/seg para o Tucunduba. Em seguida, foram tratados os açudes não passíveis de alocação, que só tem basicamente atendimento de abastecimento humano de bacia hidráulica e que não tem demanda de liberação de água. Hiago pede que se observe e aprove a prioridade na tentativa de reuniões virtuais que seriam: Angicos, Gangorra, Itaúna, Tucunduba e Martinópolis, o que foi aprovado pela plenária. Sobre o açude Diamante destaca que o mesmo tem pouca drenagem e maior dificuldade de recarga, tendo esse ano recebido a maior recarga desde 2012, mas sempre esteve com condições de atender as demandas, que são basicamente abastecimento de comunidades de Feitoria, Arapá, dentre outras. E que cenário apresentado é apenas de 11 l/seg, já que as reuniões seriam informativas, não havendo disputa por água. O açude sairia de 82% da sua capacidade para 53,8%, tendo sua perda mais representativa por evaporação. Foi aprovada a vazão de 11 l/seg para o açude Diamante. Benedito Lourenço comenta que esse açude tem bacia hidráulica pequena, pegando apenas dois riachos maiores da Serra da Gameleira, que divide o Coreáú do Tianguá. E diz que nas suas encostas, na região da própria bacia hidráulica tem um processo de degradação grande com roçados, com abertura de áreas para roçados. E que isso aumenta a quantidade de vento, leva ao carreamento de sedimentos para o açude, tendo esses problemas de ordem hídrica e antrópica. O açude seguinte foi o açude Diamantino II, concluído em 2014, tendo tido boas recargas, sangrando nos últimos três anos. Que suas demandas são insipientes e que tem apenas a demanda de 10 l/seg para abastecimento humano à montante. O açude sairia de praticamente 100% de sua capacidade e chegaria em 31 de janeiro com 62,9% de sua capacidade. Apenas 200 mil m³ seriam de fato utilizados e o restante seria evaporado. Benedito Lourenço diz que os açudes à medida que se aproximam do litoral há maior incidência do vento, estimulando a evaporação. E diz que o volume que sai é quase o volume evaporado. E que essa é uma configuração do açude do litoral. Foi aprovada a vazão de 10 l/seg para o açude Diamantino II. O próximo reservatório, o Premuoca, Hiago destaca que sofreu bastante com o período de seca, tendo em 2016 praticamente secado. Nos últimos dois anos sangrou e que suas demandas são muito pequenas. Divide a responsabilidade do abastecimento de Uruoca e Senador Sá com o Angicos, com a demanda de 18 l/seg. E diz que o a CAGECE estava nos últimos meses fazendo manutenção da adutora e por isso estava captando apenas do Premuoca. E que deverá voltar para o Jordão, mas que se preciso é importante que a vazão já esteja alocada para esse uso. E que há também uma pequena demanda de dessedentação animal. Sendo assim, a demanda total seria de 20 l/seg. Foi então apresentado o cenário único de 20 l/seg, em que o açude sairia de 99,5% de sua capacidade para

chegar 60,1% em 31 de janeiro de 2021. Raul Neto, da Câmara de Vereadores de Senador Sá ressalta que o açude na falta do Angicos, atende Senador Sá e Uruoca. E diz que estabelecer esse padrão mínimo de 20 l/seg, mas que sugere que se estabeleça um padrão máximo de 25 ou 30 l/seg. E que se começasse com o mínimo de 25 l/seg. Assim, caso ocorra algum problema na adutora da CAGECE não prejudique o abastecimento das cidades. Hiago Gomes explica que, na verdade, essa vazão já abocanha essa demanda das cidades. Que a COGERH entrou em contato com a CAGECE empresa de forma a identificar essa demanda. E que a demanda na verdade é bem menor que isso, já que o reservatório Premuoca é utilizado apenas como complemento. E que a demanda de 18 l/seg é justamente caso seja necessário o atendimento pleno a partir desse açude. Foi aprovada para o açude Premuoca a vazão de 20 l/seg. Para o Trapiá III, Hiago diz que o reservatório tem pequenas demandas, principalmente de abastecimento humano na bacia hidráulica. E que nos anos anteriores definia-se uma vazão, mas que sempre era usado bem menos, por não haver uso. Sendo assim, decidiu-se por fazer a reunião informativa. O açude teria demanda total de 12 l/seg e para esse cenário o açude sairia de um percentual de 97,4% para 62,8% em 31 de janeiro de 2021. Benedito Lourenço ressalta que esse açude, em anos atrás como esse ele sangra, mas que em anos ruins ele tem dificuldade de recarga, haja vista a profunda degradação ambiental, devido a grande exploração principalmente do calcário. E diz que o açude por estar colado a área urbana de Ubaúna, que não tem saneamento, há uma tendência de haver uma recarga negativa de vetores poluentes para ao açude. Que a CAGECE faz um trabalho bom de tornar a água possível, potável, do ponto de vista das normas técnicas, mas que açudes inseridos em cidades sem saneamento é um grande complicador. E que é preciso lutar para os municípios tenham uma responsabilidade em realizar o saneamento, principalmente quando tem reservatório. Foi aprovada a vazão de 12 l/seg para o reservatório. Quanto ao açude Várzea da Volta, Hiago Gomes diz que o mesmo sangrou, apesar de ter sofrido muito com a estiagem, principalmente em 2014. E diz que todos sabem dos conflitos que existem e que a realidade atual é que o reservatório só pode atender as demandas de montante. E que não é possível fazer liberação pela “porta d’água” porque ela está quebrada. E que por isso apresenta apenas o cenário de 24 l/seg, onde o açude sairia de 100% de sua capacidade, para 50,5% em 31 de janeiro de 2021. Benedito Lourenço diz que esse é o açude mais antigo da bacia, que encheu pela primeira vez em 1920. E que esses problemas fazem parte inclusive das definições históricas na região, antes de haver política de recursos hídricas, de gestão democrática. Que a operação era definida por determinados setores da sociedade e que não tinha parâmetros. Foi aprovada a vazão de 24 l/seg para o Várzea da Volta. Foi lida e aprovada a Resolução No 01/ CBH Coreau, que segue: “ Resolução no 01/2020, de 23 de junho de 2020. O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO Coreau, no uso das suas atribuições que lhe confere o Art. 46, da Lei no 14.844, de 28 de dezembro de 2010; CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual No 32.510 de 2020 e suas alterações posteriores que decretou situação de emergência em saúde no âmbito estadual, dispondo sobre uma série de medidas para enfrentamento e contenção da infecção causada pelo novo coronavírus; considerando a situação excepcional em que estamos vivendo, a exigir ações restritivas no intuito de barrar o avanço da disseminação da doença, preservando a saúde da população sobretudo mais vulneráveis pela contaminação. CONSIDERANDO as atribuições dos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH constante no Art. 6º, do Decreto no 32.470, de 22 dezembro de 2017; CONSIDERANDO as deliberações ocorridas no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Coreau, na sua 51ª Reunião Ordinária, ocorrida em 23 de junho de 2020; RESOLVE: Art. 1º - Durante a pandemia da COVID-19 não serão realizadas reuniões presenciais de alocação negociada de água ou reuniões informativas da operação dos açudes isolados na Bacia Hidrográfica do Coreau, devendo ser utilizadas estratégias de comunicação remotas pela Secretaria Executiva; Art. 2º – Os açudes da Bacia Hidrográfica do Coreau que não tenham demanda de liberação de água para o rio e que não possuem disputa por água, terão a sua vazão média de operação definida pela plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreau. Essas vazões deverão ser divulgadas no site do Comitê de Bacia para amplo conhecimento social. Art. 3º - Para os açudes da Bacia do Coreau

que deverão realizar o processo de alocação negociada, ou seja, que possuem disputa por água e demanda de liberação para o rio, a plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica aprovará parâmetros mínimo e máximo para operação, considerando as demandas desses reservatório, bem como uma vazão provisória. Art. 4º Os cenários aprovados pela plenária do Comitê de Bacia do Coreaú deverão ser apresentados aos usuários de cada um dos açudes pela Secretaria Executiva, por meio de reunião virtual, utilizando estratégias a serem definidas pela mesma, de forma a definir vazões em cada um dos reservatórios para o período 2020.2. Art 5º A mobilização para as reuniões virtuais será realizada pelos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica e pela Secretaria Executiva, utilizando como base de informações as listas de presença das reuniões de alocação de água do período 2015 - 2019. Art. 6º Será realizada reunião de alocação virtual nos açudes isolados se for verificado a possibilidade de participação da média de participantes nas reuniões de alocação realizadas naquele reservatório no período de 2017-2019. Art. 7º Os reservatórios que não tiverem apresentando condições de participação, seja por reuniões virtuais, terão as vazões definidas e formalizadas pela plenária do Comitê de Bacia, em Reunião Extraordinária convocada para esse fim. Art. 8º O açude que tiver Comissão Gestora, havendo condições de comunicação e participação de forma virtual para definição, a alocação definitiva deverá ser por ela definida, obedecendo os cenários aprovados pela plenária do Comitê de Bacia. Caso não haja condições da participação de forma remota, a vazão definitiva será aprovada posteriormente pela plenária do Comitê de Bacia do Coreaú. Art. 9º Secretaria Executiva deverá apresentar ao Comitê de Bacia do Coreaú o resultado do processo de participação virtual no processo de alocação. Art.10º O acompanhamento da operação dos açudes isolados deverá ser realizado pela plenária do Comitê de Bacia, de forma virtual, e pelos usuários dos açudes isolados por meio de divulgação de notas técnicas a serem publicadas no site do Comitê de Bacia. Art. 11º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação em reunião do plenário do CBH Coreaú e terá validade até posterior definição em contrário, ficando revogadas qualquer disposição em contrário. Art.12º Casos omissos ou conflituosos deverão ser dirimidos em plenária.” Foi aprovada por unanimidade a Resolução Nº 01/2020 do CBH-Coreaú. Foi então lida a Resolução Nº 02/2020, do CBH-Coreaú, que trata da definição de parâmetros e vazões para os açudes da Bacia do Coreaú. Foi lido o texto: “Resolução no 02/2020, de 23 de junho de 2020. O COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO Coreaú, no uso das suas atribuições que lhe confere o Art. 46, da Lei no 14.844, de 28 de dezembro de 2010; CONSIDERANDO as atribuições dos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH constante no Art. 6º, do Decreto no 32.470, de 22 dezembro de 2017; CONSIDERANDO as deliberações ocorridas no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Coreaú, na sua 51ª Reunião Ordinária, ocorrida em 23 de junho de 2020, na Resolução No 01/2020; RESOLVE: Art. 1º – Definir para o Açude Angicos, o parâmetro mínimo de 370l/seg e o parâmetro máximo de 385 l/seg, e de vazão provisória de 370 l/seg, no que se refere a alocação 2020.2 Art. 2º - Definir para o Açude Gangorra, o parâmetro mínimo de 140l/seg e o parâmetro máximo de 160 l/seg, e de vazão provisória 140 l/seg, no que se refere a alocação 2020.2 Art. 3º- Definir para o Açude Itaúna, o parâmetro mínimo de 150l/seg e o parâmetro máximo de 200 l/seg, e de vazão provisória 150 l/seg, no que se refere a alocação 2020.2. Art. 4º Definir para o Açude Martinópole, o parâmetro mínimo de 25 l/seg e o parâmetro máximo de 30 l/seg, e de vazão provisória 25 l/seg, no que se refere a alocação 2020.2. Art. 5º Definir para o Açude Tucunduba, o parâmetro mínimo de 80 l/seg e o parâmetro máximo de 100 l/seg, e de vazão provisória 80 l/seg, no que se refere a alocação 2020.2. Art. 6º Definir para o Açude Diamante foi definida a vazão de operação para 2020.2 de 11 l/seg. Art. 7º Definir para o Açude Diamantino II foi definida a vazão de operação para 2020.2 de 10 l/seg. Art. 8º Definir para o Açude Premuoca foi definida a vazão de operação para 2020.2 de 20 l/seg. Art.9º Definir para o Açude Trapiá III foi definida a vazão de operação para 2020.2 de 12 l/seg. Art. 10 Definir para o Açude Várzea da Volta foi definida a vazão de operação para 2020.2 de 24 l/seg. Art.11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação em reunião do plenário do CBH Coreaú, sendo que as vazões provisórias definidas para os açudes terão validade até posterior definição nas reuniões de alocações virtuais, que ocorram

posteriormente. Art 12 Casos omissos ou conflituosos deverão ser dirimidos em plenária.” Foi votada e a provada a Resolução No 02/2020 do CBH-Coreaú por unanimidade. Por fim, Raul apresenta uma proposta de encaminhamento para o conflito do Várzea da Volta e a situação da estrutura. Benedito explica que ele vai fazer uma proposta falada que será transformada em texto a ser encaminhada. Raul Neto diz que não se deve esperar apenas pelo processo que está na Polícia Federal, e que sim fosse reparado o problema. Porque não se justifica que não vai consertar a tomada d’água sobre a alegativa que vão quebrar novamente. E que seja solicitado o reparo para a tomada d’água para que seja feita a operação do reservatório. Marcos Monteiro defende que a COGERH se posicione e também o DNOCS, porque a COGERH fez o reparo da outra vez e que o Estado fez através da COGERH, mas com a ressalva de fazer essa ação numa area que é federal. E que o DNOCS deve se pronunciar. Raul diz que o DNOCS teria que apenas autorizar a recuperação. Que a COGERH é quem opera e que já fez a recuperação por duas vezes e teria que fazer novamente. Bartolomeu Almeida diz que o açude é da União e que o responsável por essas estruturas é o DNOCS. Que existia um convênio que desde 2018 não foi assinado novamente. Que a ideia era fazer parcerias para intervenções regulares, mas que até esses dias não tem nenhum conhecimento de que este tenha sido assinado. E que devido o monitoramento faz algumas pequenas intervenções, mas com anuência do DNOCS. E que no Várzea da Volta já ocorreram, mas o que acontece é que legalmente não se tem o poder de fazer essas manutenções e que estão impedidos em virtude de um fato latente, do conflito. Que pessoas desconhecidas danificam a estrutura operacional do reservatório. E que a COGERH tem um AGIR lá, mas não pode se exigir dessa pessoa, que no momento de uma ação dessa, faça intervenção, para não correr riscos. E que qualquer equipamento é preciso de respaldo do DNOCS, pois sem convênio, sem anuência e sem estrutura de vigilância, a COGERH incorre em improbidade administrativa, por estar investindo dinheiro público e algo que no outro dia se quebra. E que alocadas para os açudes da bacia do Coreaú; 3 – Aprovada a proposta de encaminhamento de ofício a Polícia Federal e ao Ministério Público Federal para o encaminhamento da denúncia do conflito no açude Várzea da Volta e a quebra da tomada d’água. a COGERH não pode ficar investindo em algo desse tipo. E que as pessoas precisam ser penalizadas, para que a sociedade organizada de forma proativa possa se ter consenso, o que lá não há no momento. E destaca a limitação de fazer isso, sem o processo estar concluído, sem a identificação desses vândalos, impedindo que se faça a gestão do açude de forma plena. E que não podem intervir por essas questões. Sr. Marcos Monteiro diz que se a COGERH está se posicionando dessa forma, que se tem que aguardar, esperando a justiça federal se pronunciar. Bartolomeu responde dizendo que o Comitê pode gerar uma demanda pro Ministério Público Federal e pra própria Polícia Federal, para agilizar o processo pra se resolver o mais rápido possível. Que é interesse da COGERH que as águas fluam e atenda os usuários de montante e jusante. Marcos Monteiro, EMATERCE, sugere que seja enviado ofício para o Ministério Público Federal e para a Polícia Federal. Raul Neto diz que o CBH tem tomar uma medida pra agilizar, pra não se arrastar a situação por anos, prejudicando as pessoas. Que se tem que pressionar. E que deve se buscar a COGERH a renovação desse contrato com o DNOCS, pra que se possa retomar ao conserto da tomada d’água. E diz que os ofícios podem sim ser encaminhados. Foi votado a aprovado de forma unânime o envio dos ofícios cobrando solução para a denúncia do Várzea da Volta ao Ministério Público Federal e a Polícia Federal. Benedito Lourenço afirma que será reunida a diretoria para destrinchar essas demanda. Foram deliberadas: 1 – Aprovada a Resolução No 01/2020 que trata do processo de alocação nos açudes isolados da Bacia; 2 – Aprovada a Resolução No 02/2020 que trata dos parâmetros e vazões alocadas para os açudes da bacia do Coreaú; 3 – Aprovada a proposta de encaminhamento de ofício a Polícia Federal e ao Ministério Público Federal para o encaminhamento da denúncia do conflito no açude Várzea da Volta e a quebra da tomada d’água. Foi registrada as fotos oficiais. Em seguida, houve uma apresentação do sanfoneiro de 12 anos, José do Egito. Foi dada por encerrada a reunião. Eu, Adriana Kamylyle Prado Pereira Guarani, redigi essa ata.